



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

HUMANAS E SOCIAIS

ISSN IMPRESSO 2316-3348

E-ISSN 2316-3801

DOI - 10.17564/2316-3801.2017v6n1p9-20

SIGNIFICADOS E CONCEPÇÕES DE EMPREENDEDORISMO: UMA VISÃO DAS BENEFICIÁRIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERNAMBUCO

MEANINGS AND PERCEPTIONS OF ENTREPRENEURSHIP: A VIEW OF BENEFITING OF PUBLIC POLICIES IN PERNAMBUCO

SIGNIFICADO Y CONCEPCIONES DEL ESPÍRITU EMPRESARIAL: UNA VISIÓN DE LAS BENEFICIARIAS DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS PERNAMBUCO

Géssika Cecília Carvalho¹

RESUMO

Este artigo é resultado de um estudo sobre a implementação do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher em Pernambuco (PTM), as concepções de suas participantes sobre empreendedorismo (foco do Programa) e percepções sobre benefícios advindos da participação em suas atividades. Para esta pesquisa de cunho qualitativo foram utilizados como instrumentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a documental, entrevistas com quatro gestores e com dezessete beneficiárias da política, a observação e ainda uma análise do conteúdo explicitado no material didático utilizado nos cursos e oficinas. Os resultados obtidos apontaram para uma perspectiva positiva do empreendedorismo, como potencializador de desenvolvi-

mento econômico, desconsiderando os aspectos negativos, como os indicados em estudos e pesquisas que realçam as dificuldades de abertura e, principalmente, no que se refere à gestão dos negócios, além dos entraves burocráticos e as barreiras para formalização. Além disso, poucas estabeleceram relação entre trabalho e empreendedorismo, nem houve a percepção da criação e desenvolvimento de negócios como uma forma de trabalho e sustento.

PALAVRAS-CHAVE

Empreendedorismo. Políticas Públicas. Benefícios. Concepções.

ABSTRACT

This article is the result of a study on the implementation of the Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher in Pernambuco (PTEM), the conceptions of their participants on entrepreneurship (focus of the Program) and insights on benefits arising from participation in its activities. For this research of qualitative nature were used as methodological tools the literature search and the documentary, interviews with four managers and seventeen political beneficiaries of the observation and analysis of the content explained in text books used in courses and workshops. The results pointed to a positive outlook of entrepreneurship, as a potentiator of economic development,

despite the negative aspects, as indicated in studies and research that enhance the difficulties and, especially, with regard to the management of business, in addition to the bureaucratic obstacles and barriers to formalization. In addition, few established relationship between work and entrepreneurship, or the perception of the creation and development of business as a way of working and living.

KEYWORDS

Entrepreneurship. Public Policies. Benefits. Perceptions.

RESUMEN

Este artículo es resultado de un estudio sobre la implementación del Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher em Pernambuco (PTEM), las concepciones de sus participantes sobre la actividad empresarial (enfoque del Programa) y percepciones de los beneficios de participar en sus actividades. Para esta investigación cualitativa se utilizaron como herramientas metodológicas la literatura y documentos, entrevistas con cuatro gerentes y diecisiete beneficiarios de la política, la observación y el análisis del contenido explícito en el material didáctico utilizado en los cursos y talleres. Los resultados apuntan a una perspectiva positiva de la actividad empresarial, como potenciador del desarrollo económico, haciendo caso

omiso de los aspectos negativos, como se indica en los estudios e investigaciones que ponen de relieve las dificultades de apertura y en especial con respecto a la gestión de negocios, además de obstáculos burocráticos y las barreras a la formalización. Por otra parte, pocas relaciones que se establecen entre el trabajo y el espíritu empresarial, tampoco hubo la percepción de la creación y desarrollo de negocios como una manera de trabajar y vivir.

PALABRAS CLAVE

Emprendimiento; Políticas públicas; beneficios; Concepciones.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas estão relacionadas à totalidade de decisões e ações do Estado; “são decisões governamentais que geram impacto tangível e mensurável ou substantivo, alterando as condições de vida de um grupo ou população ou produzindo mudanças em atitudes, comportamentos e opiniões” (SILVA; SILVA, 2001, p. 47).

Na perspectiva das políticas públicas para mulheres se insere o Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher (PNTEM), que teve origem no Projeto Mulher Empreendedora, iniciado em 2005 no Rio de Janeiro. Enquanto Projeto, realizava ações de apoio ao empreendedorismo feminino, premiava iniciativas empreendedoras e ofertava cursos de incentivo e desenvolvimento do espírito empreendedor.

A partir de 2007, o Projeto Mulher Empreendedora recebeu status de Programa pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e um novo formato, passando a ser chamado de Programa Rio: Trabalho e Empreendedorismo da Mulher (PTEM). Esse novo desenho estruturava o Programa em dois eixos: fomento ao empreendedorismo; trabalho e ocupação.

Em 2008, considerando o bom andamento da experiência vivenciada no Rio de Janeiro, este Programa foi replicado e institucionalizado em âmbito nacional, expandindo-se para as outras regiões do país, nas unidades da federação selecionadas, a saber, Santa Catarina, Distrito Federal, Pernambuco e Pará.

Como público prioritário, atendia tanto mulheres pobres que queriam criar ou desenvolver negócios já existentes; como aquelas extremamente pobres, participantes ou não dos programas de inclusão social. Além disso, na tentativa de integrar esses dois públicos ao processo, o PNTEM contemplava também gestoras e gestores públicos estaduais e municipais, que possibilitavam a transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas voltadas para os direitos das mulheres.

O PNTEM era executado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e **Business Professional Women (BPW)** – Federação das Associa-

ções de Mulheres de Negócios e Profissionais, e contava ainda com o apoio/parceria dos governos estaduais e das prefeituras. A execução se dava por meio de Acordo de Cooperação Técnica entre poder público e instituições parceiras.

Estava pautado em dois eixos que estruturavam suas ações:

- Fomento ao Empreendedorismo: atuação do SEBRAE direcionada no sentido de proporcionar às mulheres instrumentos para criarem e gerirem de modo adequado seus próprios negócios e oferecer um ambiente favorável aos empreendimentos sob sua iniciativa;
- Trabalho e Ocupação: atuação da BPW junto às mulheres em vulnerabilidade de risco social por renda, visando a transmissão de conhecimentos sobre direitos para a efetiva conquista da cidadania e ingresso no mundo do trabalho.

No período em que o Programa foi ofertado em cada Estado – geralmente de dois anos – foram executadas as seguintes atividades nas áreas geográficas definidas antecipadamente (que poderiam ser municípios, polos ou regiões, a depender do acordo firmado com o governo estadual):

- Reuniões de sensibilização para gestores públicos e representantes de entidades que trabalhavam com a temática gênero;
- Seminários sobre Trabalho e Empreendedorismo para os dois públicos prioritários mencionados anteriormente, ou seja, mulheres pobres e aquelas extremamente pobres;
- Cursos oferecidos pelo SEBRAE: Mulher Empreendedora; Juntas somos fortes; Determinação Empreendedora; Aprender a Empreender;
- Cursos oferecidos pela BPW: Políticas Públicas e Empreendedorismo da Mulher; Educação Financeira; Alfabetização Digital;
- Oficinas de Direcionamento Estratégico (de monitoramento, acompanhamento e fortalecimento dos grupos);
- Oficinas sobre Microcrédito Produtivo;
- Fóruns e Oficinas de Trabalho para Gestores Públicos.

Quanto ao estado de Pernambuco, o Programa foi executado entre maio de 2010 e abril de 2012, atuando na Região Metropolitana do Recife, contando com a parceria da Secretaria Especial da Mulher de Pernambuco. O Programa trabalhou considerando seis polos: Camaragibe e São Lourenço da Mata; Igarassu, Abreu e Lima, Itamaracá, Itapissuma e Araçoiaba; Paulista e Olinda; Jaboatão dos Guararapes e Moreno; Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca; Recife.

Assim, este trabalho é resultado de um estudo sobre a implementação do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher em Pernambuco (PTM), as concepções de suas participantes sobre empreendedorismo (foco do Programa) e percepções sobre benefícios advindos da participação em suas atividades. Para esta pesquisa de cunho qualitativo foram utilizados como instrumentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a documental, entrevistas com quatro gestores e com dezessete beneficiárias da política, a observação e ainda uma análise do conteúdo explicitado no material didático utilizado nos cursos e oficinas.

2 IDEIAS CENTRAIS SOBRE EMPREENDEDORISMO

Na contemporaneidade, o fenômeno do empreendedorismo tem apresentado diferentes facetas e se tornado objeto de estudo e análise em áreas distintas. Apesar de ser um termo polissêmico, para Santiago (2009), o empreendedor é aquele que tem as seguintes características: toma iniciativas, busca soluções inovadoras e a resolução de problemas por meio da constituição de empreendimentos econômicos; “ele é a energia da economia, a alavanca de recursos, o impulso de talentos, a dinâmica de ideias” (CHIAVE-NATO, 2007, p. 3).

Dolabela (2003), discorrendo sobre o empreendedorismo, concebe-o como um “processo de construção do futuro”, uma vez que está relacionado a ações compostas por valores, desejos, sonhos, emoções, bem como a perspectiva de mudança de mundo. Nesse contexto, a ação empreendedora pode se dar não

somente em atividades lucrativas.

Empreender, assim, está relacionado à capacidade de tomar iniciativas com vistas a buscar soluções inovadoras para problemas econômicos ou sociais por meio de empreendimentos. Nesta perspectiva, para Timmons (1990 apud DORNELAS, 2001, p. 19) “o empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a Revolução Industrial foi para o século XX”.

Para Santiago (2009), empreendedorismo vem do francês *entrepreneur* e, partindo de revisão da literatura, este autor sintetiza as diversas concepções de empreendedorismo: ora associado a atributos pessoais e psicológicos, ora sendo atribuído a pessoas que já nascem com vocação a empreender, e ainda àqueles que podem aprender e desenvolver capacidades empreendedoras.

Santiago (2009) acrescenta ainda que no século XVII a função de empreendedor era entendida como sendo o mesmo que empresário; no século XVIII era percebido no contexto de negócios; já no século XIX era associado à função empresarial (Jean Baptiste Say); e no início do século XX Schumpeter acrescenta a inovação como principal atributo à função do empreendedor. Nos anos 1980 há uma resignificação do tema do empreendedorismo, visto como base de sustentação da empregabilidade, na perspectiva do auto emprego.

Leite e Melo (2008) remetem a Aldrich (2004) para explicar que os termos ‘empreendedor’ e ‘empreendedorismo’ não são consenso nas publicações acadêmicas, apontando, assim, quatro perspectivas teóricas distintas. A primeira volta-se para capitalização e crescimento dos negócios, contrapondo às formas tradicionais (empreendedores que se satisfazem com pequeno grau de crescimento dos negócios). A segunda perspectiva é usada para empresas já estabelecidas e está baseada em Schumpeter, “refere-se a atividades inovativas e ao processo pelo qual as inovações levam a novos produtos e a novos mercados” (LEITE; MELO, 2008, p. 37).

Na terceira perspectiva, a habilidade de identificar oportunidades de negócios é considerada chave para o empreendedorismo; logo, empreender é um processo

subjetivo. A última “define o empreendedorismo pela formação de novas organizações e pelos comportamentos e atividades para isso acontecer” (LEITE; MELO, 2008, p. 38), ou seja, pelas atitudes dos sujeitos que não temem os riscos para fundar organizações.

Santiago (2009) ainda acrescenta que

[...] a visão contemporânea do empreendedorismo está vinculada ao conceito de competência, concebida esta como a capacidade pessoal para realizar eficientemente uma tarefa. São fatores de competência: saber (conhecimento); saber fazer (habilidade); e querer fazer (atividade ou valor). (SANTIAGO, 2009, p. 97).

Apesar dessa expansão, os estudos e pesquisas sobre empreendedorismo também realçam as dificuldades de abertura e, principalmente, no que se refere à gestão dos negócios, além dos entraves burocráticos e as barreiras para formalização; considerando as dificuldades para empreender (abrir, gerir e manter um empreendimento), também se faz necessário perceber os diferentes tipos de empreendedorismo ou motivações para empreender, bem como o que pode ser feito no que concerne a estratégias de desenvolvimento dos negócios, como lembra Julien (2005), de que o papel do Estado deve se pautar em cinco ações: a de orientar, ligar, apoiar, estimular e facilitar.

Assim, sendo por falta de opção ou por escolha para trazer ideias novas, dividem-se as motivações para empreender, principalmente, em empreendedores por oportunidade (que são os sujeitos que têm vocação para o empreendedorismo ou acham nichos pouco explorados) e por necessidade (que são os sujeitos que não encontram outra forma de geração de renda).

Apesar de o empreendedorismo ser visto de forma positiva por muitos autores, considerando-o como importante para o crescimento econômico e para o desenvolvimento regional, ou como benefício para a população mais pobre, faz-se necessário também apontar as críticas direcionadas a esse fenômeno. Nessa perspectiva, Alvim, Nunes e Castro (2012) tecem críticas ao processo de implementação do empreendedorismo no Brasil e à adoção da figura jurídica do microempreendedor individual (MEI) na legislação

brasileira, a qual é vista como enfrentamento à informalidade e ao desemprego estrutural¹. Os autores apontam a “existência de uma função ideológica no discurso e nas práticas empreendedoras que vêm sendo disseminadas ao longo das duas últimas décadas” (ALVIM; NUNES; CASTRO, 2012, p. 5).

Assim, estes autores apresentam três argumentos que demonstram o viés ideológico do discurso empreendedor (ideologia aqui entendida no sentido de imposição de ideias, valores e comportamentos que partem de um grupo, com vistas a manter relações de dominação e exploração). O primeiro argumento corresponde à perspectiva do empreendedorismo como característica universal que pode ser realizado por qualquer sujeito; o segundo refere o empreendedorismo como solução para o desemprego estrutural; e, por último, de que existem características inatas aos próprios sujeitos que apresentariam o DNA de empreendedor; partindo disso, enfatizam que a ideologia empreendedora

[...] apenas contribui para um processo contínuo de reprodução da exclusão e de acirramento das desigualdades sociais, impondo novos desafios para uma possível reação das classes trabalhadoras e, na medida em que recentemente se expressa numa legislação específica, representa, igualmente, um desafio para as instituições jurídicas brasileiras. (ALVIM; NUNES; CASTRO, 2012, p. 5).

Além desses autores, também Gorz (2007) apontava o pensamento empreendedor como repleto de ideologia. Assim, ele faz uma distinção entre o pensamento liberal, onde o empreendedor busca maior lucratividade possível, e a ideologia liberal, onde o empreendedor é aquele que tem capacidade de criação de objetos e serviços que antes não existiam, não sendo motivado apenas pelo cálculo econômico, mas na perspectiva de criação de valores e comportamentos.

Por esse viés, Alvim, Nunes e Castro (2012) também tecem críticas a dois “ideólogos do discurso empreendedor” – Dolabela e Chiavenato – sendo que, para Dolabela, o empreendedor

¹ Desemprego estrutural compreendido no sentido de que os postos de trabalho são substituídos por processos produtivos mais modernos ou por máquinas.

[...] se dedica à geração de riquezas, seja na transformação de conhecimentos em produtos ou serviços, na geração do próprio conhecimento ou na inovação em áreas como marketing, produção, organização, etc [...] não é somente uma questão de acúmulo de conhecimento, mas a introjeção de valores, atitudes, comportamentos, formas de percepção do mundo e de si mesmo voltados para atividades em que o risco, a capacidade de inovar, perseverar e conviver com a incerteza são elementos indispensáveis. (DOLABELA, 2003, p. 60).

Ainda para Alvim, Nunes e Castro (2012), tal visão contribui no entendimento da função ideológica da razão empreendedora, no sentido de que Dolabela (2003) apresenta o empreendedorismo como gerador de distribuição de renda, de desenvolvimento econômico e de benefícios para a sociedade; como forma de combate à pobreza e à miséria. Contudo, desconsiderando “a ‘lógica desigual e combinada’ que move todo o processo de desenvolvimento e distribuição de riquezas no sistema capitalista de produção, ele torna explícita a falsa universalidade inerente à visão liberal de mundo” (ALVIM; NUNES; CASTRO, 2012, p. 11).

Já Chiavenato (2007) também percebe o empreendedorismo como importante para o crescimento econômico, sendo os empreendedores

[...] heróis populares do mundo dos negócios. Fornecem empregos, introduzem inovações e incentivam o crescimento econômico. Não são simplesmente provedores de mercadorias ou de serviços, mas fontes de energia que assumem riscos em uma economia em mudança, transformação e crescimento. (CHIAVENATO, 2007, p. 4).

Alvim, Nunes e Castro (2012), os autores esclarecem que qualquer apologia sobre o culto ao empreendedorismo precisa ser observada em concomitância com outras determinações do momento histórico, e também que essa visão de transformação dos sujeitos pobres em empreendedores não assegura a participação mais efetiva nos resultados da produção capitalista.

Em suma, o empreendedorismo é apontado por um lado como potencializador de desenvolvimento econômico e de outro é visto com ressalvas, e isso motivado por vários fatores, como os já citados: na falsa

ideologia de que todos podem empreender ou de que já se nasce com características empreendedoras; que estes novos empreendedores entram numa nova lógica de consumo (do crédito, para poder iniciar seus negócios); ou ainda porque aqueles que estão fora do mercado formal são responsabilizados pelo próprio Estado, que propõe sua reinserção por meio da formalização de seus empreendimentos.

3 EMPREENDEDORISMO E O SEU SIGNIFICADO PARA AS MULHERES BENEFICIADAS PELO PTEM-PE

Uma das mais importantes reflexões a serem feitas quando se trata do PTEM-PE é quanto ao significado do empreendedorismo e, especificamente, dessa política pública para as participantes. Para tal, um dos questionamentos levantados foi sobre a concepção do que é ser uma mulher empreendedora para as beneficiárias. Assim, foram ressaltadas diversas características que, somadas, refletem a concepção adotada nos materiais didáticos utilizados nos cursos. Entre as mencionadas pelas informantes destacaram-se, sobretudo, que ser uma mulher empreendedora é trabalhar para si, lutar por algo e ser insistente, correr atrás e batalhar, ter e crescer no próprio negócio, ser criativa, independente e guerreira, como nos exemplos abaixo:

[...] pra mim o empreendedorismo é isso: é você crescer no negócio que você queira e que você sobreviva com aquilo que você faça. [...] A mulher empreendedora, eu acho, é ela querer sempre melhorar e buscar a forma de evoluir aquilo que ela já tem, ou seja, antes eu num tinha nada e hoje eu posso dizer que eu sou uma microempreendedora. (Informante 2).

É ser dona do seu nariz... é ser dona de si mesma, não depender de ninguém [...] trabalhar, e se manter, e ajudar os outros. É ser dona de si mesma, trabalhar pra si, o que é seu, né? Construir, começar um trabalho, seja qual for a profissão, e mantê-la, é ter o que é seu pra não tá dependendo de ninguém. Aí assim, ter que se assumir mesmo. (Informante 12).

Também foram citadas outras características no que se refere ao comportamento do empreendedor, porém em menor intensidade, como os aspectos de saber administrar, aprender a ganhar dinheiro com o que gosta, sobreviver com o que faz, ser responsável, ter sucesso, investir e vencer na vida.

Dessa forma, o discurso das entrevistadas sobre empreendedorismo remetia aos conteúdos apresentados desde o primeiro momento de participação delas no Programa (nos seminários) até os largamente difundidos nos cursos. Estes conteúdos se baseavam na perspectiva de autores como Dornelas (2001), Chiavenato (2007) e Dolabela (2003), que ressaltam a capacidade do empreendedor em imaginar, desenvolver e realizar visões, e ainda iniciativa, persistência e correr riscos.

Nesse contexto, ficou muito evidente a presença da perspectiva positiva do empreendedorismo, como potencializador de desenvolvimento econômico (como também foi apresentado nos materiais utilizados durante as atividades do PTEM), desconsiderando os aspectos negativos, como os indicados em estudos e pesquisas que realçam as dificuldades de abertura e, principalmente, no que se refere à gestão dos negócios, além dos entraves burocráticos e as barreiras para formalização.

No entanto, faz-se necessário ressaltar que três informantes não souberam responder ao questionamento – sobre o que é ser uma mulher empreendedora –, o que é expressivo, uma vez que eram participantes de um Programa de fomento ao empreendedorismo que tratava e trabalhava exaustivamente sobre o tema, desde o primeiro momento, nos seminários, também nos cursos (e materiais didáticos). Além disso, foi observada a grande dificuldade das entrevistadas em expressarem de forma clara o que é o empreendedorismo e se perceberem como mulheres que empreendem. Vale acrescentar que não houve nas falas menções às formas de empreendedorismo em grupo, como associações ou cooperativas, por exemplo, o que é sintomático devido à grande abordagem destas formas de empreendedorismo no decorrer das atividades, até mesmo com um curso destinado a isso.

Quando indagadas acerca da importância do trabalho, foram obtidas respostas bastante distintas, como a

perspectiva do trabalho sendo uma forma de se sentir útil e como chave para a conquista dos objetivos:

Ah, pra mim o trabalho na minha vida é importante porque é trabalhando que a gente cresce, é trabalhando que a gente cresce mesmo que venham as dificuldades, que sempre tem algum obstáculo, mas é a gente passar pelo obstáculo e alcançar nossos objetivos que na verdade é a gente conseguir realizar aquilo que a gente quer. (Informante 2).

Ainda foram relatados que o trabalho proporcionava renda, independência e lazer; e também que era um meio de preencher vazios e ocupar a mente. Algumas vezes as entrevistadas não relacionavam o que faziam como sendo trabalho, isso se observa com clareza na fala de uma informante, artesã, que não conhece sua arte como trabalho:

Olha, a importância do trabalho é só porque, assim, se você perguntar se eu tenho uma profissão hoje eu vou te dizer que eu não tenho; primeiro porque eu não estudei pra isso, segundo eu não passei tanto tempo numa empresa pra ter determinada profissão. (Informante 1),

Acrescenta-se a isso o fato de poucas terem estabelecido relação entre trabalho e empreendedorismo, da não percepção da criação e desenvolvimento de negócios como uma forma de trabalho e sustento, inclusive porque, como a grande maioria delas era casada, ficava explícito o discurso de que as atividades realizadas pelo homem são trabalho e o que a mulher realiza é complementação de renda ou uma forma de “preencher o tempo”.

As entrevistadas também foram questionadas sobre os motivos que lhes levaram à participação no Programa e muitas delas destacaram a necessidade de aprender e conhecer coisas diferentes, conforme mostram os relatos:

Aí, isso, eu sempre olhei por esse lado aí, pra aprender, porque é bom a gente aprender pra gente não ir de cara em tudo, a gente tem que aprender pra depois a gente focar em uma coisa pra poder não ir de cara né? (Informante 3).

Porque eu gosto assim [...] eu quero conhecimento, sabe? Eu quero conhecer, eu quero saber mais, assim,

cada curso que vem sabe, eu sei que tem alguma novidade, alguma coisa eu vou descobrir ali. Aí por isso que fui. (Informante 4).

[...] pra conseguir uma, pra ter uma base assim, aprender mais algo e em busca que ali me levasse a alguma coisa no sentido de trabalho né? Trabalho futuro né? E aprender algo mais e procurar um trabalho. (Informante 12).

Essa necessidade de busca por aprender e ter mais informações foi, inclusive, apontada nos materiais didáticos como uma das características do empreendedor. Além da busca de aprendizagem, também, foram mencionados a curiosidade em saber como era o Programa, a busca de reconhecimento do trabalho, por interesse, para ter apoio num momento difícil, e ainda porque soube que era pra ter o próprio negócio e assim foi atrás de seu sonho.

Podemos, traçando um paralelo entre as motivações para participação no Programa e para empreender, remeter à literatura que aponta a vontade de desenvolver esta atividade por falta de opção ou por escolha para trazer ideias novas (ALVIM; NUNES; CASTRO, 2012). Assim, dividem-se as motivações para empreender: os empreendedores por oportunidade (que são os sujeitos que têm vocação para o empreendedorismo ou acham nichos pouco explorados) e por necessidade (envolvendo aqueles que não encontram outra forma de geração de renda).

Quanto à importância atribuída ao Programa pelas beneficiárias, a avaliação que fizeram foi positiva, muitas delas, considerando-o como muito bom e proveitoso; mencionando as aulas bem explicativas, os bons professores e as dinâmicas utilizadas para desenvolver o conhecimento de si e dos conteúdos propostos.

Porém, apesar do reconhecimento da qualidade dos professores, a metodologia utilizada também foi questionada pelas próprias informantes e gestores, principalmente no que concerne à carga horária reduzida dos cursos.

Além disso, como pontos positivos, o lanche também foi destacado (e aqui precisamos entender que isso era essencial, considerando que muitas das mu-

heres se deslocavam de mais longe e passavam um turno inteiro dedicadas às atividades); a contribuição com o transporte (quando era fornecida) e a interação propiciada pelas aulas. Foi consenso em afirmar que o Programa era bom, como ressaltado numa das falas: “[...] mas dentro do que eles ensinaram ficou muita coisa né? Muita coisa boa, tudo que eles ensinam é sempre pensando no seu desenvolvimento, no seu progresso financeiro, né?” (Informante 15).

Na verdade, fica perceptível que o PTEM mostrou-se com seus méritos para as mulheres pesquisadas (apesar de alguns pontos de melhoria terem sido sugeridos) e aquelas que não se “encaixaram” na política, ou não entenderam a sua proposta, desistiram no decorrer dos cursos, conforme relatos das próprias informantes.

É importante enfatizar, ainda, que algumas das entrevistadas não conseguiram se lembrar de nada expressivo para relatar, nem de positivo ou que desagradou no Programa, o que levou à reflexão de que a falta de acompanhamento das participantes e, talvez, com o próprio distanciamento de quando os cursos foram ofertados, seus conteúdos, vivências e motivações foram se perdendo em suas memórias.

No que se refere aos pontos negativos lembrados, grande parte disse que não tinha nada a declarar. Mesmo assim, entre um e outro questionamento deixaram escapar e declararam como limitações: a decepção pelo fato de acharem que iriam ter auxílio financeiro para montar o negócio e não tiveram; a dificuldade de colocar em prática o ensinado nos cursos e, ainda, o se deparar com as exigências da burocracia para a formação de cooperativas. Quanto à decepção de não terem conseguido o que esperavam (inclusive o auxílio financeiro) levou-nos a questionar sobre o nível de compreensão destas participantes sobre a proposta da política, pois existiram momentos exatamente destinados para o esclarecimento, o tirar as dúvidas sobre os aspectos do Programa, como os seminários. Estes constituíam o primeiro contato delas com o PTEM e, no entanto, pelo que foi informado, parece que ou não foram adequados ao público ou não conseguiram desempenhar com eficácia este papel esclarecedor.

Isto ficou claro na própria fala da Gestora 3 que nos disse: “se você perguntar hoje o que eu mudaria, eu mudaria o seminário”. Esta sua crítica velada nos faz ponderar que, talvez, o formato “engessado” do Programa na maioria das atividades não contemplava as particularidades do público beneficiado nem as necessidades locais.

Entre as dificuldades enfrentadas para a participação no Programa, a falta de transporte foi predominantemente referida pela maior parte das entrevistadas, mas que isto não as desencorajavam, fazendo com que fossem buscadas outras saídas: “o pior [...] era que às vezes, a gente até saía, a gente até pulava a linha, o trem lá, pra [...] tinha uma brecha lá, pra não pagar a passagem, a gente não tem, mas a gente ia” (Informante 7). Ou como no caso do polo 3 (Paulista e Olinda) em que houve a criação de uma comissão a partir da reunião de sensibilização, falando-se até na realização de rifas para arrecadar fundos e contornar este problema.

Outra dificuldade apontada foi a questão do ter de conciliar as aulas com o trabalho de casa, por conta da falta de ter com quem deixar os filhos. Problemas de relacionamento entre participantes durante as atividades foram também mencionados.

Esta questão de não ter com quem deixar os filhos foi percebida também nos seminários, espaço que concentrava grande número de mulheres durante tardes inteiras e que muitas levavam os filhos (incluindo bebês ainda em fase de amamentação). Este problema foi discutido nas reuniões de planejamento, apontando a necessidade de se pensar um espaço para que as crianças pudessem ficar enquanto aguardavam as mães, o que se viu inviável. Contudo, as atividades prosseguiram sem ser viabilizada nenhuma solução a este problema.

Perguntadas sobre sugestões de melhoria no Programa (com a finalidade, inclusive, de apreender a percepção sobre os pontos negativos, já que tinham dificuldade para expressá-los), apesar dos problemas destacados a grande maioria das participantes entrevistadas se referiu à importância de aumentar ainda mais a carga horária das aulas, afirmando ter sido

pouco o tempo para a assimilação de tanto conteúdo. A própria Gestora 1 já havia se manifestado sobre esta inadequação tempo/ conteúdo:

[...] você ter aulas de empreendedorismo em uma semana eu acho que é pouco, você tem que esmiuçar mais, particularmente eu avalio, se for para eu, que sou graduada, se for para eu ter eu acho pouco, imagina quem tem assim, o ensino fundamental... precisa realmente mastigar bem aquele assunto, vislumbrar outras possibilidades e não de ser pincelado...

Além do aumento da carga horária, também foram sugeridos pelas beneficiárias trabalhar menos a discussão sobre a autoestima e mais sobre a questão do empreendedorismo (como administrar), e que tivessem mais aulas e situações práticas. Sobre estes aspectos, Silva e Bassi (2012) apresentam algumas condições para que as políticas públicas sejam efetivas: tempo e recursos em todas as etapas; a existência de apenas uma agência implementadora; e a comunicação perfeita entre os vários atores. Aspectos, a nosso ver, bem importantes, mas que, no caso do PTEM, não foram suficientemente observados pelo que pudemos deduzir das falas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de analisar a implementação do PTEM, as concepções de suas participantes sobre empreendedorismo (foco do Programa) e percepções sobre benefícios advindos da participação em suas atividades percebemos que, quanto à questão do empreendedorismo, houve dificuldade das beneficiárias expressarem suas concepções sobre esse fenômeno bem como em relacionar empreendedorismo e trabalho. Todavia, quando assim o fizeram, os discursos remetiam aos conteúdos repassados durante as atividades do Programa, que traziam uma visão positiva do empreendedorismo, como algo gerador de renda, que combatia a pobreza e trazia desenvolvimento econômico. Por essa ótica, o empreendedor era aquele que transformava oportunidades em negócios de sucesso, tomava decisões, trazia inovações, assumia riscos.

Em momento algum se percebeu alusão a outras facetas do empreendedorismo: que este poderia contribuir, também, para reprodução da desigualdade e da exclusão, ou a que nem todos os sujeitos tinham vocação para empreender; ou que, não necessariamente, o empreendedorismo seria uma alternativa ao desemprego. Assim, um dos questionamentos evidentes para nós foi se a política que fomenta o empreendedorismo não seria uma forma de transferir a responsabilidade do Estado para o sujeito ou, o contrário, pelo viés da política pública, uma forma de diminuir as desigualdades.

Essas questões fizeram com que recorrêssemos não somente a algumas das trajetórias individuais, como também buscássemos um melhor entendimento na perspectiva de Danjou (2002), para quem a compreensão do empreendedorismo se faz, observando o contexto (condições para empreender), o ator (quem empreende) e a ação (como o empreendedor coloca sua ideia em prática). Foi com este olhar que procuramos apreender tanto nas falas dos sujeitos como nos documentos e entrevistas com os gestores e beneficiárias a concepção que tinham e faziam desta política voltada para os empreendimentos produtivos.

Mais um dos impasses percebidos em Pernambuco foi a dificuldade das participantes desenvolverem seus negócios de forma coletiva, quer por meio da formação de associações ou de cooperativas. Houve poucas tentativas de formação de grupos, mas estas não lograram êxito, seja por falta de apoio e acompanhamento, seja por problemas nos relacionamentos entre as participantes, seja pelo número reduzido de beneficiárias em determinadas localidades. Tal fato se desenhou como mais uma das fragilidades da política ou da forma como as orientações eram repassadas, pois nos cursos e oficinas se estimulava fortemente a formação de empreendimentos em grupo, mas, na prática, as ideias não vingavam.

Assim, como em toda política pública, observamos que existem desafios e obstáculos no processo de implementação. Por ser um processo contínuo que envolve diversos atores, expectativas e contextos, as

políticas públicas estão sujeitas a distorções e necessidades de ajustes durante todo o processo para que a integração e a interação entre os sujeitos tragam a efetividade esperada.

REFERÊNCIAS

ALDRICH, H. E. Entrepreneurship. In: SWEDBERG, R.; SMELSER, N. (Org.). **Handbook of economic sociology**. Princeton: Princeton University Press and Russell Sage Foundation, 2004.

ALVIM, J.L.R.; NUNES, T.G.; CASTRO, C.A. Empreendedorismo tupiniquim: notas para uma reflexão. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2012, Niterói. **Anais...** Niterói: ANINTER-SH/PPGSD-UFF, 2012.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilidade de novas empresas: um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CORTES, S.V.; LIMA, L.L. A contribuição da Sociologia para a análise de políticas públicas. **Lua nova**, São Paulo, n.87, p.33-62, 2012.

DANJOU, I. L'Entrepreneuriat: Un champ fertile à la recherche de son unité. **Revue Française de Gestion**, v.28, n.138, p.109-125, abr./jun. 2002.

DOLABELA, F. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Cultura, 2003.

DORNELAS, J.C.A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

FRIEDMANN, J. **Empowerment**: uma política de desenvolvimento alternativo. Celta: Oeiras, 1996.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2007.

JULIEN, P. A. **Entrepreneuriat regional et économique de la connaissance**: une métaphore des romans policiers. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2005.

LEITE, E.S.; MELO, N.M. Uma nova noção de empresário: a naturalização do “empreendedor”. **Rev. Sociol. Polít. Curitiba**, v.16, n.31, p.35-47, nov. 2008.

OLIVEIRA, D.C.; GUIMARÃES, L.O. Perfil empreendedor e ações de apoio ao empreendedorismo: o NAE/SEBRAE em questão. **Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v.6, n.13, 2006.

SANTIAGO, E.G. Vertentes teóricas sobre empreendedorismo em Shumpeter, Weber e McClelland: novas referências para a Sociologia do Trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v.40, n.2, p.87-103, 2009.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SPM. **Programa Pernambuco**: Trabalho e Empreendedorismo da Mulher. 2009.

SILVA, C.L.; BASSI, N.S.S. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, Christian Luiz (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento local**: instrumentos e proposições de análise para o Brasil. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Avaliação de Políticas e Programas Sociais enquanto momento do processo das Políticas Públicas. In: SILVA E SILVA, Maria Ozanira (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001.

SWEDBERG, R. The social view of entrepreneurship. In: SWEDBERG, R. **The social science view**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Recebido em: 16 de setembro de 2016
Avaliado em: 27 de fevereiro de 2017
Aceito em : 26 de abril de 2017

1 Professora do Instituto Federal de Alagoas – IFAL; Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: gessikacecilia@hotmail.com

